



Câmara dos Deputados
Consultoria Legislativa

Lei do Comércio Eletrônico

Um estudo de caso de ação
legislativa



Consultoria Legislativa

- Quadro permanente de consultores
- 21 áreas de especialização
- Assessoramento às comissões
- Assessoramento *ad hoc* a Deputados
- Demanda por apoio à relatoria de matérias relevantes



Lei do Comércio Eletrônico

- Assessoramento à comissão
- Assessoramento ao relator
- 3 consultores fixos
 - tecnologia da informação
 - legislação comercial e financeira
 - tecnologia de criptografia e segurança



Histórico

Período

1998	Comissão de Altos Estudos
20/9/99	PL nº 1.483/99 (Dr. Hélio)
20/9/99	Formada comissão especial
24/9/99	O PL nº 1.589/99 (Pizzatto), que havia sido apresentado em 31/8/99, é apensado
18/5/00	Reunião de instalação
31/5/00 a 22/3/01	Audiências públicas na comissão especial



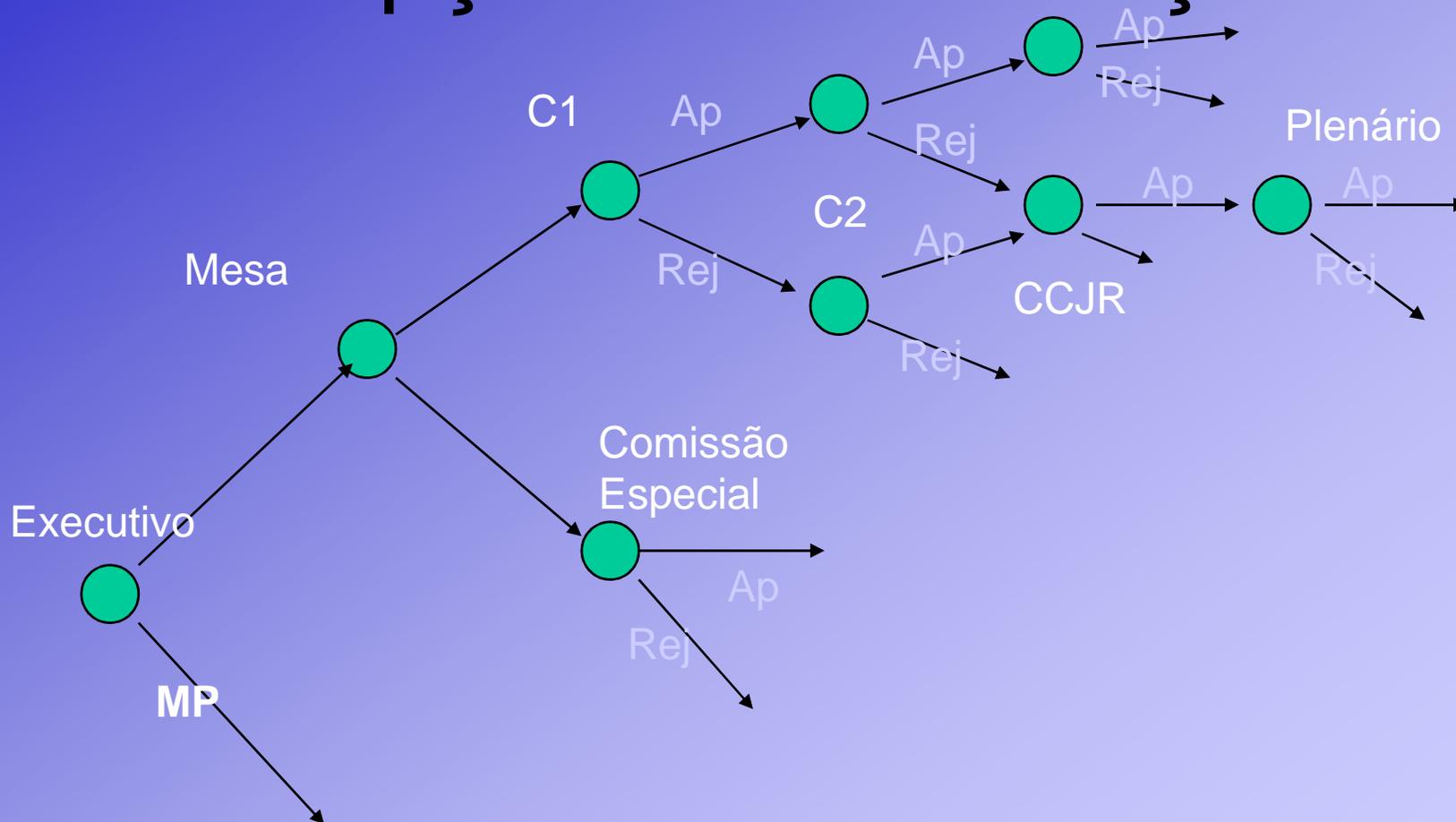
Histórico (cont.)

Período

20/6/01	Apresentação do primeiro Substitutivo
26/6/01	Recebimento do PL nº 672/99 do Senado
28/6/01	Emissão da MP nº 2.200/01
8/8/01	Apresentação do texto final
15/8/01	Apresentação da complementação de voto
26/9/01	Votação na comissão especial. A matéria vai a Plenário
11/12/01	Apresentado requerimento de urgência. Não apreciado.



Opções de tramitação





Custos e ganhos envolvidos

- Risco de um resultado indesejado
- Consumo de tempo
- Contrapartida em negociação
- Trancamento da pauta do Plenário
- Revelação de informação privada
- Legitimação social

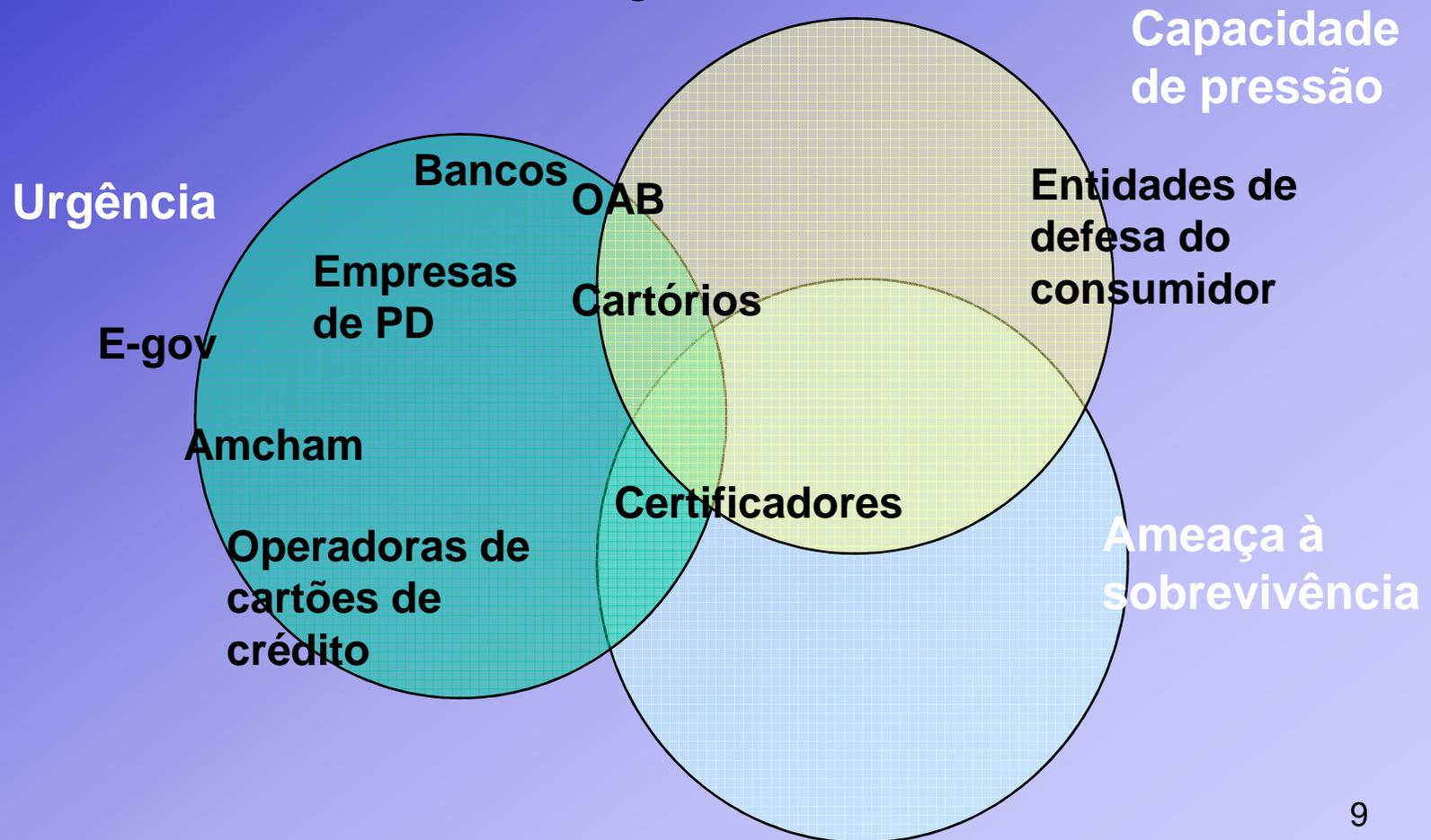


Particularidades do caso

- O resultado desagradava ao governo
- O custo de editar a MP ficou baixo devido à iminência da aprovação da Emenda Constitucional nº 32
- A informação já havia sido revelada
- Custo do tempo se tornara muito alto



Players





Conflito de interesses

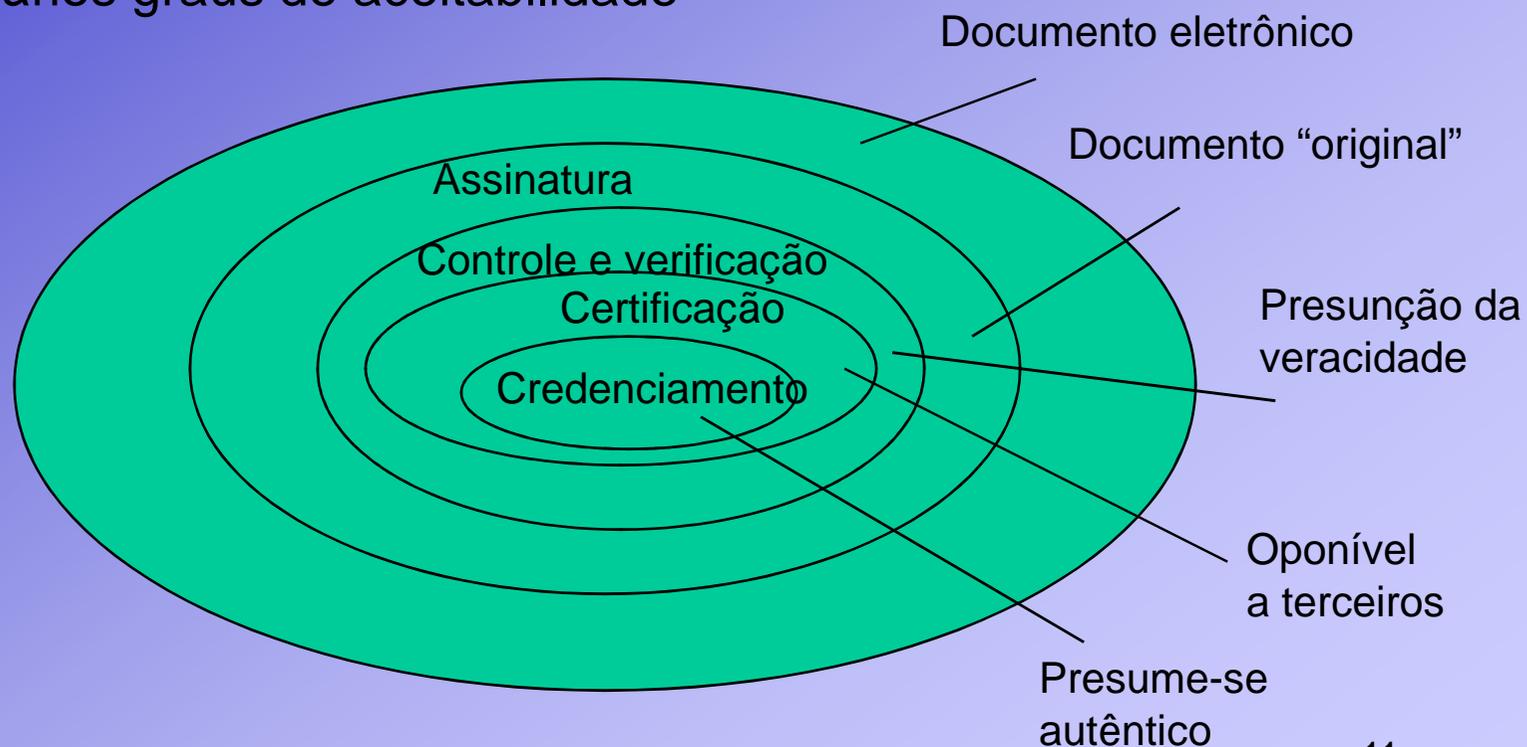
Controle sobre a
chave raiz





Efeitos jurídicos do documento eletrônico

- Admissibilidade do documento eletrônico
 - Vários graus de aceitabilidade





Últimas audiências

Data

22/3/01	Última audiência pública
18/4/01	Discussão, sem quorum para votar
23/5/01	Discussão, sem quorum para votar
5/6/01	Discussão, sem quorum para votar
20/6/01	Apresentação do primeiro Substitutivo e pedido de vista (em 26/6, recebimento do PL do Senado e em 28/9, emissão da MP nº 2.200/01)
8/8/01	Sem quorum para abrir a sessão
15/8/01	Discussão, sem quorum para votar
19/9/01	Sem quorum para abrir a sessão
26/9/01	Votação na comissão especial. A matéria vai a Plenário



Conclusões

- Conflito essencialmente econômico
- Opção da MP era muito vantajosa para o governo
- Posição liberal do relator não interessava ao governo
- Tendência de médio prazo é que a situação se mantenha



Conclusões (cont.)

- O estudo de caso ilustra mecanismos de influência no Congresso:
 - Mesa (processo)
 - Presidentes de comissão (agenda)
 - Relatores (preferência)
 - Quórum
 - Executivo (processo)